

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Informações intermediárias em
30 de junho de 2024

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	16
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	17
9	PARTES RELACIONADAS	18
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
11	INTANGÍVEL	21
12	ATIVOS DE CONTRATO	22
13	FORNECEDORES	23
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
15	DEBÊNTURES	25
16	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	27
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO A RECOLHER E DIFERIDOS	27
18	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	29
19	PASSIVO A DESCOBERTO	32
20	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34
21	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	35
22	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	37
23	RESULTADO FINANCEIRO	38
24	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
25	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	43
26	COMPROMISSOS FUTUROS	44
27	EVENTOS SUBSEQUENTES	45

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA
Macapá - AP

Introdução

Revisamos as informações intermediárias da Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA ("Companhia"), em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Responsabilidade da diretoria sobre as informações intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathalia Araujo Domingues

Nathalia Araujo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia de Eletricidade do Amapá

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.101	17.982	Fornecedores	13	165.836	201.694
Aplicações financeiras	5	458.859	469.622	Empréstimos e financiamentos	14	275.966	14.144
Contas a receber de clientes	6	327.234	335.823	Debêntures	15	42.768	45.717
Almoxarifado		6.280	5.469	Instrumentos financeiros derivativos	24.4	2.869	2.044
Serviços pedidos		24.943	25.835	Impostos e contribuições a recolher	16	120.756	109.066
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	79.436	15.495	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	17.1	152	518
Impostos e contribuições a recuperar	8	19.509	9.126	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		4.355	3.939
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		25.479	20.625	Contribuição de iluminação pública		6.499	5.201
Aquisição de combustível - conta CCC		10.302	10.364	Encargos setoriais		63.967	61.147
Outros créditos a receber		33.497	20.648	Participação nos lucros		3.698	5.949
Total do ativo circulante		995.640	930.989	Provisão para riscos judiciais	18	136.470	134.155
Não circulante				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		3.226	3.226
Contas a receber de clientes	6	71.030	62.145	Outras contas a pagar		47.271	21.080
Serviços pedidos		7.248	7.211	Total do passivo circulante		873.833	607.880
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	64.273	-	Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	8	144.709	143.879	Empréstimos e financiamentos	14	574.980	731.953
Depósitos vinculados	18	11.594	3.180	Debêntures	15	1.482.186	1.198.716
Outros créditos a receber		17.034	118	Instrumentos financeiros derivativos	24.4	13.953	136.102
Ativo financeiro da concessão	10	49.653	32.042	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	10.279
Intangível	11	676.357	688.399	Impostos e contribuições a recolher	16	237.370	269.953
Ativo de contrato	12	455.415	340.975	Encargos setoriais		16.084	13.954
Total do ativo não circulante		1.497.313	1.277.949	Provisão para riscos judiciais	18	81.136	112.133
				Outras contas a pagar		7.635	6.347
				Total do passivo não circulante		2.413.344	2.479.437
				Passivo a descoberto			
				Capital social	19.1	1.517.876	1.517.876
				Ajuste de avaliação patrimonial		32.830	23.166
				Prejuízos acumulados		(2.344.930)	(2.419.421)
				Total do passivo a descoberto		(794.224)	(878.379)
Total do ativo		2.492.953	2.208.938	Total do passivo e passivo a descoberto		2.492.953	2.208.938

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração do resultado

Períodos de três a seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Receita operacional líquida	20	419.915	728.522	375.596	693.494
Energia elétrica comprada para revenda	22	(136.115)	(255.859)	(129.616)	(253.601)
Custo de construção		(83.670)	(171.564)	(149.511)	(256.550)
Custo da operação		(8.580)	(27.110)	(20.872)	(36.204)
Custos de energia elétrica, construção e operação	21	(228.365)	(454.533)	(299.999)	(546.355)
Lucro bruto		191.550	273.989	75.597	147.139
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	21	(14.847)	(28.629)	(9.704)	(25.261)
Despesas gerais e administrativas	21	(11.963)	(24.631)	(7.361)	(22.197)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	(3.936)	(10.276)	(20.844)	(17.537)
Outras despesas operacionais, líquidas	21.1	104	(4.780)	870	(1.437)
Total de despesas operacionais		(30.642)	(68.316)	(37.039)	(66.432)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		160.908	205.673	38.558	80.707
Receitas financeiras	23	39.158	170.618	53.905	125.119
Despesas financeiras	23	(103.824)	(302.096)	(98.926)	(216.605)
Resultado financeiro, líquido	23	(64.666)	(131.478)	(45.021)	(91.486)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		96.242	74.195	(6.463)	(10.779)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.2	-	-	(4.292)	(6.231)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.2	-	296	-	-
Impostos sobre o lucro		-	296	(4.292)	(6.231)
Lucro (prejuízo) líquido do período		96.242	74.491	(10.755)	(17.010)
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária			0,000008328		(0,000001902)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período(em milhares de ações)			8.944.122.996		8.944.122.996

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três a seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>01/04/2024 a 30/06/2024</u>	<u>01/01/2024 a 30/06/2024</u>	<u>01/04/2023 a 30/06/2023</u>	<u>01/01/2023 a 30/06/2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u>96.242</u>	<u>74.491</u>	<u>(10.755)</u>	<u>(17.010)</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	24.4	<u>6.340</u>	<u>9.664</u>	<u>(1.773)</u>	<u>(15.357)</u>
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos		<u>6.340</u>	<u>9.664</u>	<u>(1.773)</u>	<u>(15.357)</u>
Total resultados abrangentes		<u><u>102.582</u></u>	<u><u>84.155</u></u>	<u><u>(12.528)</u></u>	<u><u>(32.367)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Nota	<u>1.517.876</u>	<u>15.466</u>	<u>(2.496.403)</u>	<u>(963.061)</u>
Prejuízo do período		-	-	(17.010)	(17.010)
Resultado abrangente do período					
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	24.4	-	(15.357)	-	(15.357)
Saldos em 30 de junho 2023		<u>1.517.876</u>	<u>109</u>	<u>(2.513.413)</u>	<u>(995.428)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1.517.876</u>	<u>23.166</u>	<u>(2.419.421)</u>	<u>(878.379)</u>
Lucro líquido do período		-	-	74.491	74.491
Resultado abrangente do período					
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	24.4	-	9.664	-	9.664
Saldos em 30 de junho de 2024		<u>1.517.876</u>	<u>32.830</u>	<u>(2.344.930)</u>	<u>(794.224)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	74.491	(17.010)
Ajustes para:		
Amortização	8.247	16.251
Baixa de intangível, financeiro e contratual	10	
Atualização do ativo financeiro e contratual	(16.882)	(1.064)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	192.693	14.891
Provisão para riscos judiciais	8.989	(2.869)
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	10.276	17.537
Reversão de baixas de recebíveis incobráveis	3.718	(22.663)
Provisão e atualização de encargos setoriais	8.303	6.960
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	-	48.946
Ganhos com instrumentos derivativos	(74.255)	
Valor justo das opções de compra de ações	1.858	-
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(156.936)	(53.376)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	6.231
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(296)	-
Participação nos lucros	1.264	3.637
Reversão (provisão) para perda de estoque	(34)	13.453
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	
Ajuste a valor presente	695	(504)
Rendimentos de aplicações financeiras	(17.661)	(13.843)
	44.480	16.577
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(14.985)	(49.143)
Serviços pedidos	855	1.615
Depósitos vinculados	(4.299)	325
Almoxarifado	(811)	(144)
Impostos e contribuições a recuperar	(11.219)	(14.569)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4.854)	20.204
Direito de ressarcimento	62	2.894
Outros créditos a receber	(30.639)	(1.188)
Fornecedores	(41.818)	(42.426)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(4.927)	(3.559)
Impostos e contribuições a recolher	(20.887)	(23.625)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(70)	(8.014)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	18.443	12.103
Contribuição de iluminação pública	1.298	(64)
Participação nos lucros	(3.515)	(3.139)
Encargos setoriais	(3.353)	(2.114)
Provisão para riscos judiciais	(41.786)	(14.288)
Outras contas a pagar	26.495	7.203
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(136.010)	(117.929)
Juros pagos	(120.478)	(6.496)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(212.008)	(107.848)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo de contrato	(94.297)	(219.815)
Resgate financeiras	28.424	18.780
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(65.873)	(201.035)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	300.000
Captação de debêntures	270.000	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	270.000	300.000
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(7.881)	(8.883)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.982	25.620
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.101	16.737
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(7.881)	(8.883)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração do valor adicionado

Período findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	984.737	852.045
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(10.276)	(17.537)
	974.461	834.508
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(429.392)	(510.151)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.206)	(49.893)
Subvenção CCC	8	(5.803)
Outras despesas / receitas	(6.640)	4.629
	(492.230)	(561.218)
Valor adicionado bruto	482.231	273.290
Depreciação e amortização	(8.247)	(16.251)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	473.984	257.039
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	172.098	126.694
	172.098	126.694
Valor adicionado total a distribuir	646.082	383.733
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	10.472	11.447
Benefícios	3.454	2.156
FGTS	1.088	1.065
	15.014	14.668
Tributos		
Federais	169.378	101.702
Estaduais	84.626	67.065
Municipais	45	42
	254.049	168.809
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	255.791	187.465
Aluguéis	432	661
Outros despesas financeiras	46.305	29.140
	302.528	217.266
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) líquido do período	74.491	(17.010)
	74.491	(17.010)
Valor adicionado	646.082	383.733

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (“Companhia” ou “CEA”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. (“Equatorial Participações II”), tendo por controladora final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2024, 229.044^(*) consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a Companhia foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 01-2014 ANEEL), realizada pela ANEEL em setembro de 2014, A usina Termelétrica – UTE de Oiapoque passou a ser operada pelo vencedor da licitação - Consórcio Oiapoque Energia (COEN), que desde junho de 2016 tem a responsabilidade pela geração neste município, que ainda não foi conectado ao Sistema Nacional Interligado (SIN). O prazo previsto deste contrato foi de 15 anos e 10 meses.

O processo do leilão 01-2014 tornou o Consórcio Oiapoque Energia (COEN) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica no município de Oiapoque, e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Continuidade operacional

A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as informações intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 14 e 15, respectivamente.

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2024, lucro de R\$ 74.491 (prejuízo de R\$ 17.010 em 30 de junho de 2023), capital circulante líquido positivo de R\$ 121.807 (R\$ 323.109 positivo em 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto em R\$ 794.224 (R\$ 878.379 em 31 de dezembro de 2023). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo em R\$ 205.673 (R\$ 80.707 em 30 de junho de 2023).

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Captação de debêntures no montante de R\$ 270.000, conforme nota explicativa nº 15;
- (ii) Priorização de investimentos com impacto em receita, arrecadação, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia; e
- (iii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial Energia S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2024.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos; e (iii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolve a Companhia e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas informações intermediárias.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho da companhia. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
CPC 02/IAS 21: Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar à taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	01/01/2025
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem Responsabilidade Pública.	Tem como objetivo simplificar e reduzir o custo dos relatórios financeiros das subsidiárias, mantendo a utilidade de suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária deve aplicar a IFRS 19 no que diz respeito às exigências de divulgação e outras Normas de Contabilidade IFRS no cumprimento das outras exigências, excluindo as exigências de reconhecimento, mensuração e apresentação e a orientação sobre a aplicação das exigências de divulgação. O IFRS 19 exige que as subsidiárias elegíveis que fornecem financiamento a clientes como sua atividade principal divulguem algumas das informações sobre risco de crédito exigidas pelo IFRS 7 sobre divulgações relacionadas a instrumentos financeiros.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações contábeis. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	5.867	7.382
Equivalentes de caixa		
Aplicação Direta (a)		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	960	921
Poupança	782	756
Fundo de Investimento (a)		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.492	953
Operações Compromissadas	-	7.934
Fundo de investimento aberto (b)	-	36
Subtotal de equivalentes de caixa	4.234	10.600
Total	10.101	17.982

- (a) As aplicações diretas e fundos de investimentos referem-se a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). / IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Operações Compromissadas e Títulos Públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia, não constituindo em aplicações de médio ou longo prazos, nem estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes, conforme CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 30 de junho de 2024, equivale a 96,23% do CDI (99,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	193.215	368.360
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	5.333	5.048
Títulos Públicos	112.907	19.733
Letra financeira	27.383	11.537
Fundo aberto	120.021	64.944
Total	458.859	469.622

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos; e
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada no período findo em 30 de junho de 2024, equivale a 103,28% do CDI (102,15% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2024				31/12/2023			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias		A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	25.750	43.042	271.306	340.098	32.246	50.474	262.309	345.029
Industrial	2.949	969	2.206	6.124	2.246	706	4.730	7.682
Comercial	18.398	8.412	37.066	63.876	20.134	10.756	35.641	66.531
Rural	138	535	5.487	6.160	136	616	5.113	5.865
Poder público	10.525	2.731	12.343	25.599	8.607	4.292	14.286	27.185
Iluminação pública	3.157	2.252	5.498	10.907	1.984	3.313	11.364	16.661
Serviço Público	405	189	320	914	438	449	103	990
Contas a receber de consumidores faturados	61.322	58.130	334.226	453.678	65.791	70.606	333.546	469.943
Residencial	104.112	8.238	54.612	166.962	98.653	8.157	48.090	154.900
Industrial	5.173	3.077	6.064	14.314	1.677	3.451	2.736	7.864
Comercial	14.530	1.359	12.347	28.236	18.226	1.337	11.920	31.483
Rural	1.275	92	1.151	2.518	1.088	93	1.088	2.269
Poder público	24.903	1.082	4.981	30.966	19.763	4.559	4.603	28.925
Iluminação pública	13.234	850	983	15.067	8.564	1.369	17	9.950
Parcelamentos (a)	163.227	14.698	80.138	258.063	147.971	18.966	68.454	235.391
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	28.849	-	-	28.849	25.602	-	-	25.602
Baixa renda (c)	16.787	-	-	16.787	7.221	-	-	7.221
Outras (d)	6.632	-	-	6.632	15.280	-	-	15.280
Subtotal bruto	276.817	72.828	414.364	764.009	261.865	89.572	402.000	753.437
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(45.175)	(14.980)	(305.590)	(365.745)	(41.269)	(19.867)	(294.333)	(355.469)
Total contas a receber de clientes	231.642	57.848	108.774	398.264	220.596	69.705	107.667	397.968
Circulante				327.234				335.823
Não circulante				71.030				62.145

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 6.475 em 30 de junho de 2024 (R\$ 5.780 em 31 de dezembro de 2023), resultando em uma variação negativa de R\$ 695 vide nota explicativa nº 23 - Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2023	(Provisões) / Reversões	Baixas (c)	30/06/2024
Contas a receber de consumidores faturados	(245.980)	(4.514)	4.130	(246.364)
Parcelamentos	(98.612)	(12.011)	1.050	(109.573)
Contas a receber de consumidores não faturados	(978)	(124)	-	(1.102)
Outras (a)	(9.899)	3.005	(1.812)	(8.706)
Total (b)	(355.469)	(13.644)	3.368	(365.745)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do período, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 10.276 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (c) Referente a reversão da PECLD dos títulos vencidos há mais de 10 anos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	30/06/2024
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	180	546	3.846	226	-	4.798
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(3.320)	1.639	211	(145)	-	(1.615)
Rede básica	8.476	(5.400)	2.558	423	-	6.057
Compra de energia CVA (b)	(35.014)	11.896	20.002	(53)	-	(3.169)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	15.607	(13.172)	11.132	1.026	-	14.593
	(14.071)	(4.491)	37.749	1.477	-	20.664
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	4.908	(7.534)	28.209	397	(14.104)	11.876
Neutralidade	8.400	(19.706)	2.985	(501)	-	(8.822)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(3.583)	(1.318)	1.778	88	-	(3.035)
Risco hidrológico	(27.769)	(4.183)	1.687	(921)	-	(31.186)
CDE Modicidade Tarifária (e)	(2.128)	2.858	(2.097)	(327)	(4.339)	(6.033)
Compensação créditos PIS/COFINS	7.512	-	(6.252)	-	-	1.260
Outros (f)	31.947	161.099	(38.209)	4.148	-	158.985
Total	19.287	131.216	(11.899)	2.884	(18.443)	123.045
	5.216	126.725	25.850	4.361	(18.443)	143.709
Circulante						
Valores a receber	107.016					191.816
Valores a devolver	(91.521)					(112.380)
Efeito líquido ativo (passivo)	15.495					79.436
Não circulante						
Valores a receber	3.795					150.454
Valores a devolver	(14.074)					(86.181)
Efeito líquido ativo (passivo)	(10.279)					64.273
Efeito líquido total	5.216					143.709

- (a) O saldo foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição ativa da CVA de R\$ 2.833, devido ao aumento do pagamento da cota mensal de CDE USO. As resoluções vigentes realizaram valor maior que o da cobertura da Revisão tarifária extraordinária- RTE de 2023; e pelo efeito reajuste negativo de R\$ 2.287, totalizando uma movimentação positiva de R\$ 546; (ii) o impacto positivo da amortização do componente financeiro para o período foi de R\$ 3.846, onde R\$ 5.202 refere-se ao efeito positivo da RTE;
- (b) O saldo teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma movimentação no exercício de R\$ 15.567, das constituições negativas de R\$ 23.491 referentes aos custos com os contratos de energia de leilão, que realizaram valor menor em relação a cobertura tarifária, e pelo efeito positivo de efeito da RTE de R\$ 19.820 resultando o movimento líquido positivo de R\$ 11.896. O impacto positivo da amortização do componente financeiro para o período foi de R\$ 20.002, onde R\$ 1.956 refere-se ao efeito negativo da RTE de 2023;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço de Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com o ESS e o Encargo de Energia de Reserva, onde esse último tem se realizado acima da cobertura tarifária até o período findo em 30 de junho de 2024. Nesse sentido a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição positiva de R\$ 2.333, e pelo efeito negativo de efeito da RTE de R\$ 15.505, resultando o movimento líquido negativo de R\$ 13.172. O impacto positivo da amortização do componente financeiro para o período foi de R\$ 11.132, onde R\$ 16.817 refere-se ao efeito positivo da RTE de 2023;
- (d) No ano corrente, os valores correspondentes a esta categoria totalizaram um saldo líquido negativo de R\$ 7.534, indicando um excedente de energia adquirida em relação à demanda efetiva. Constata-se constituição positiva para o período de R\$ 20.679 e o efeito da RTE teve o montante de R\$ 28.213 negativos. Amortização positiva no montante de R\$ 28.209. O montante positivo refletido no saldo líquido revela a estratégia cautelosa adotada para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica, mesmo em períodos de flutuações imprevisíveis na demanda;
- (e) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022. Complementado com o aporte de R\$ 2.128 em 28 de abril de 2023; e
- (f) O total positivo da constituição para o período findo em 30 de junho de 2024, foi de R\$ 161.099 impactados pelos valores negativos de: (i) Encargo COVID R\$ 549 ; (ii) garantia financeira R\$ 365; (iv) constituição de CDE Uso da Eletrobras R\$ 730 e impactados pelos valores positivos de (i) reversão de créditos associados R\$ 479, (ii) Diferença anual de faturas REH 3.313/24 e 3.163/23 R\$ 162.264. O total negativo da amortização para o período findo em 30 de junho de 2024, foi de R\$ 38.209 impactados pelos valores negativos de: (i) amortização do empréstimo escassez hídrica R\$ 28.823 ; (ii) amortização do recálculo financeiro R\$ 8.303 ; (iii) amortização do spread covid R\$ 636; (iv) amortização de conselho de consumidores R\$ 242, (v) amortização de créditos R\$214, (VI) amortização de ajuste TUSDg R\$ 82, (VII) amortização de spread escassez hídrica R\$ 7.809 e impactados pelos valores positivos de (i) amortização de Financeiro de postergação de tarifas R\$ 39, (ii) amortização de garantias financeiras R\$ 336, (iii) amortização de neutralidade covid R\$ 1.382, (iv) amortização de Financeiro de escassez hídrica R\$6.143.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Através da Resolução Homologatória (REH) nº 3.313 de 26 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), pela qual a Companhia passou durante o exercício de 2023, que passou a vigorar partir de 13 de abril de 2024 até 12 de dezembro de 2024. As tarifas de aplicação da CEA Equatorial constantes da Resolução Homologatória nº 3.163, de 13 de dezembro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 0,00% (zero por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito da RTE na Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.929 (R\$ 1.766 em 30 de junho de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 21 negativos (R\$ 193 negativos em 30 de junho de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 1.949 (R\$ 1.959 em 30 de junho de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Impostos e contribuições a recuperar

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	-	38
Neutralidade PIS e COFINS (a)	19.440	9.039
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	6
Outros	49	43
Total circulante	19.509	9.126
Não circulante		
Neutralidade PIS e COFINS (a)	63.905	63.905
ICMS (b)	80.804	79.974
Total não circulante	144.709	143.879
Total impostos e contribuições a recuperar	164.218	153.005

- (a) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de neutralidade de PIS e COFINS sobre os saldos de RGR, empréstimo aprovado pela ANEEL, cujo repasse foi realizado atendendo ao disposto na Portaria MME-CJ nº 697 de dezembro de 2016 e a obrigação do pagamento foi extinta, em 1º de março de 2021, pela Lei nº 14.120. A amortização do curto prazo está sendo realizada pela recuperação da neutralidade do período vigente; e
- (b) O saldo refere-se, principalmente, ao crédito é apropriado para realização mensal de 1/48 avos de compras do ativo imobilizado.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2024 a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, aos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:

Notas	30/06/2024		31/12/2023	30/06/2023
	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outros Créditos a receber - Intercompany				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	985	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	1.572	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	476	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	242	9	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	4	12	-
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(b)	5	-	-
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	(b)	160	64	-
Total		411	3.118	-
Outras contas a receber				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	147	242	92
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	193	523	128
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	92	168	64
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	56	101	39
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	97	138	52
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	1	3	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	1	3	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	2	5	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	3	7	1
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	1	3	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	2	4	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	2	4	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	3	5	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(c)	-	5	1
Total		600	1.211	377
Fornecedores				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(83)	(272)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(834)	(89)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(540)	(509)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(215)	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(1.242)	(1.480)	(2.220)
Instituto Equatorial	(f)	(807)	(68)	(729)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(134)	(38)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	(6)	(11)	(67)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	(9)	(10)	(61)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	(14)	(16)	(86)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	(32)	(35)	(161)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	(11)	(12)	(74)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	(14)	(15)	(92)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	(10)	(10)	(65)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	(16)	(18)	(102)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(g)	-	(11)	(117)
Total		(3.967)	(2.594)	(3.774)

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Energia	(h)	(12.880)	(9.678)	(6.437)	(6.339)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(630)	(1.404)	(661)	(1.178)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(332)	(614)	(93)	(655)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(106)	(206)	(78)	(168)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(91)	(216)	(80)	(223)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(67)	(161)	(95)	(272)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	(1)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	(1)	(3)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(19)	(44)	(19)	(10)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	-	(1)	(1)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	(1)	(1)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(1)	(2)	(1)	(1)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(c)	-	-	(4)	(1)
Total		(14.127)	(12.331)	(7.471)	(8.849)

		30/06/2024		31/12/2023	
	Notas	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(i)	2.049	(2.049)	2.144	2.144
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(j)	5	(5)	-	-
Total		2.054	(2.054)	2.144	2.144

- (a) Os valores entre *intercompanies* são provenientes a vendas de bens materiais;
- (b) O saldo é referente ao contrato de arrendamento, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária de terrenos e a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. como arrendatária do prédio que é utilizado para sede no Amapá que pertence a CEA.
- (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (d) Os valores entre *intercompanies* são provenientes de compra de bens materiais;
- (e) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A. e Equatorial Serviços S.A.;
- (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (g) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato nos exercícios de 2021 e 2022, da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. para a Companhia, em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito no Termo de Comodato e prorrogado até 29 de novembro de 2024, 31 de outubro de 2024 e 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, prorrogado até 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.900, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024 (R\$ 3.700, conforme assembleia geral realizada em 27 de abril de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios pós-emprego.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.2– Planos de opção de compras de ações das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de junho de 2024:

	30/06/2024	%
Remuneração fixa anual	287	8%
Salário ou Pró-labore	242	7%
Benefícios diretos e indiretos	45	1%
Remuneração variável	1.346	37%
Benefícios pós-emprego	9	0%
Remuneração baseada em ações	2.027	55%
Valor total da remuneração por órgão	3.669	100%

9.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus^(*) nos contratos de empréstimos e emissões de debêntures, e sem ônus nas apólices de seguros, conforme listado abaixo:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures	500.000	100	30/12/2021	28/07/2028	500.000	646.196
2ª Emissão de Debêntures	195.000	100	07/08/2023	15/07/2030	195.000	203.470
3ª Emissão de Debêntures	200.000	100	20/10/2023	29/09/2026	200.000	205.408
4ª Emissão de Debêntures	200.000	100	28/12/2023	15/12/2033	200.000	199.222
5ª Emissão de Debêntures	270.000	100	10/06/2024	14/05/2029	270.000	270.658
Sumitomo Mitsui	250.000	100	07/02/2022	07/02/2025	250.000	263.154
Scotiabank	250.000	100	29/12/2021	29/12/2026	250.000	245.294
Citibank	300.000	100	06/02/2023	06/02/2026	300.000	342.498
Apólice Seguros	151.992	100	29/11/2021	19/01/2027	N/A	N/A
Total	2.316.992				2.165.000	2.375.900

(a) Os valores atualizados dos financiamentos e debêntures, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) ativos de contrato	Outros (c)	30/06/2024
Ativo financeiro	32.042	16.882	729	18.646	68.299
Obrigações especiais	-	-	-	(18.646)	(18.646)
Ativo financeiro	32.042	16.882	729	-	49.653

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor do ativo financeiro foi considerado no teste de recuperabilidade como “*carrying amount*” da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 11.2 – Avaliação de *impairment*.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Conforme previsto no contrato de concessão, regido pelo submódulo 2.3 do PRORET (Base de Remuneração Regulatória), nos processos de RTP – Revisão Tarifária Periódica - os ativos são valorados considerando a metodologia de VNR – Valor novo de Reposição. Em função da RTE com data base de junho 2023 e homologada em abril de 2024, houve um reconhecimento de atualização no ativo financeiro de R\$ 15.775;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) O valor de R\$ 18.846 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021–SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/06/2024			
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)				(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
		Custo	Amortização		
Em serviço	4,13%	1.219.766	(447.653)	(95.756)	676.357
Total		1.219.766	(447.653)	(95.756)	676.357

		31/12/2023			
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)				(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
		Custo	Amortização		
Em serviço	4,13%	1.195.164	(428.134)	(78.631)	688.399
Total		1.195.164	(428.134)	(78.631)	688.399

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até novembro de 2051, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências Ativo de contrato (a)	30/06/2024
Em serviço	1.195.164	-	(2.670)	27.272	1.219.766
(-) Amortização	(428.134)	(22.179)	2.660	-	(447.653)
Total em serviço	767.030	(22.179)	(10)	27.272	772.113
Obrigações especiais (b)	(91.495)	-	-	(31.057)	(122.552)
(-) Amortização	12.864	13.932	-	-	26.796
Total em obrigações especiais	(78.631)	13.932	-	(31.057)	(95.756)
Total	688.399	(8.247)	(10)	(3.785)	676.357

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. No último período foi registrado o valor de R\$ 29.636 de constituição de obrigações especiais em decorrência de ajuste do laudo de avaliação que foi homologado no período.

A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

11.2 Avaliação de impairment

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável, para as controladas. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente na mesma data-base.

A Companhia vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de junho de 2024, não foram identificadas situações que exigissem novas análises para a data-base.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2023	Adições (c)	Transferências (b)		30/06/2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativo de contrato	403.586	171.564	(27.272)	(729)	547.149
Obrigações especiais (a)	(62.611)	(60.180)	31.057	-	(91.734)
Total	340.975	111.384	3.785	(729)	455.415

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;

(b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e

(c) O montante de R\$ 111.384 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no período, em que R\$ 94.297 impactou o caixa da Companhia, R\$ 5.960 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 5.343 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 25.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 34 refere-se a provisão para perda de estoque líquidos, conforme nota explicativa nº 21.1 – Outras receitas (despesas) operacionais e R\$ 5.750 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 14.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O valor do ativo de contrato foi considerado no teste de recuperabilidade como “*carrying amount*” da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 11.2 - Avaliação de *impairment*.

13 Fornecedores

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	90.537	91.019
Materiais e serviços (a)	62.737	92.747
Encargos de uso da rede elétrica	8.595	15.334
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	3.967	2.594
Total (b)	165.836	201.694

- (a) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do período em referência; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o período findo em 30 de junho de 2024, o montante destas operações é de R\$ 8.353 (R\$ 4.973 em 31 de dezembro de 2023) os quais possuem prazo médio de liquidação de 73 dias. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de “rebates financeiros”.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

			30/06/2024		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	3.019	242.275	245.294
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	263.154	-	263.154
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	9.793	332.705	342.498
Total empréstimos e financiamentos			275.966	574.980	850.946
			31/12/2023		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	2.721	212.375	215.096
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	2.783	227.933	230.716
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	8.640	291.645	300.285
Total empréstimos e financiamentos			14.144	731.953	746.097

(a) Considera-se no custo da dívida do Scotiabank, Sumitomo Mitsui e Citibank, o custo da ponta passiva do swap, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 24.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.144	731.953	746.097
Encargos	19.458	-	19.458
Variação monetária e cambial	10.023	93.027	103.050
Transferências	250.000	(250.000)	-
Pagamentos de juros	(17.659)	-	(17.659)
Saldos em 30 de junho de 2024	275.966	574.980	850.946

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/06/2024	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	275.966	32%
2025	121.137	14%
2026	453.843	53%
Não circulante	574.980	68%
Total	850.946	100%

14.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados pela controladora indireta, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	SMBC	Citibank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,2	3,2	3,2

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.717	1.198.716	1.244.433
Ingressos	-	270.000	270.000
Encargos	64.824	-	64.824
Transferências	(3.519)	3.519	-
Pagamentos de juros	(65.414)	-	(65.414)
Variação monetária	-	11.353	11.353
Custo de captação	1.160	(1.402)	(242)
Saldos em 30 de junho de 2024	42.768	1.482.186	1.524.954

15.2 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/06/2024	
Vencimento	Valor	%
Circulante	42.768	3%
2026	200.000	13%
2027	617.247	40%
2028	135.000	9%
Após 2028	543.688	36%
Subtotal	1.495.935	98%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(13.749)	-1%
Não circulante	1.482.186	97%
Total debêntures	1.524.954	100%

15.3 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	30.759	615.438	646.197
2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	4.970	198.499	203.469
3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	5.615	199.793	205.408
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	(244)	199.467	199.223
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	270.000	CDI + 1,20% a.a.	jun/24	mai/29	1.668	268.989	270.657
								42.768	1.482.186	1.524.954

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie Quirografária;
(5) Debêntures Incentivadas; e
(6) Garantia Fidejussória.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
5ª Emissão Debêntures	270.000	jun-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Não se aplica

15.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
ICMS	10.492	12.691
PIS e COFINS (a)	22.987	16.832
Parcelamento Federal PRT (b)	80.466	72.638
Encargos sociais e outros	1.708	1.561
ISS	5.103	5.344
Total circulante	120.756	109.066
Não circulante		
Parcelamento Federal PRT (b)	237.370	269.953
Total não circulante	237.370	269.953
Total	358.126	379.019

- (a) A companhia realizou adesão ao Parcelamento Ordinário da Receita Federal de PIS/COFINS nº 02110001200757241542316, parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023 e reclassificou os saldos para o Parcelamento Federal; e
- (b) São saldos previdenciários que foram parcelados no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 12.966/2014, débitos de pagamentos futuros e saldos previdenciários e demais débitos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e COFINS, que foram parcelados no REFIS da Lei nº 12.966/2014, débitos para pagamento futuros.

17 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher e diferidos

17.1 Movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2023	518
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(366)
Saldo em 30 de junho de 2024	152

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	74.195	74.195	(10.779)	(10.779)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	18.549	6.678	(2.695)	(970)
Adições:				
Provisão para contingências	5.022	1.808	-	-
PECLD	2.425	873	733	264
Provisão para participação nos lucros	-	-	106	38
Provisão para perda de estoque	-	-	3.363	1.211
Ajuste a valor presente	1.106	398	237	85
Variação swap	-	-	16.076	5.787
Custo de Construção – CPC 47	144	52	32	11
Outras provisões não dedutíveis	72	67	-	-
Outras provisões permanentes	768	28	439	64
Total das adições	9.537	3.226	20.986	7.460
Exclusões:				
Reversão de provisão para contingências	(12.193)	(4.389)	(4.289)	(1.544)
Reversão de PECLD	(3.628)	(1.306)	(398)	(143)
Ajuste a valor presente	(932)	(336)	(363)	(131)
Atualização do ativo financeiro VNR	(4.220)	(1.519)	(266)	(96)
Variação swap	(27.915)	(10.049)	(3.839)	(1.382)
Reversão de provisão para participação nos lucros	(410)	(147)	-	-
Reversão de provisão para perda de estoque	(8)	(3)	-	-
Receita de Construção – CPC 47	(277)	(100)	(106)	(38)
Outras exclusões não dedutíveis	(394)	-	(2.296)	(822)
Outras exclusões permanentes	(53)	(19)	-	-
Total das exclusões	(50.030)	(17.868)	(11.557)	(4.156)
Compensações:				
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(2.024)	(700)
Incentivo PAT	-	-	(113)	-
Total de compensações	-	-	(2.137)	(700)
Outros IRPJ/CSLL diferidos	218	78	-	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	-	-	(4.597)	(1.634)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período (a)	218	78	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente do período	218	78	(4.597)	(1.634)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	0%	0%	43%	15%

- (a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A companhia optou por utilizar o crédito de Prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com devidas contabilizações de baixa do diferido.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

17.3 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turn around* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.214.415 (R\$ 1.243.077 em 31 de dezembro de 2023) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.368.436	842.109	3.281.527	820.382
Base negativa de CSLL	3.358.133	302.232	3.270.490	294.344
Diferenças temporárias	206.100	70.074	377.504	128.351
Total de tributos diferidos	6.932.669	1.214.415	6.929.521	1.243.077

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

18 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos Vinculados	Provisão	Depósitos Vinculados
Cíveis	114.760	7.479	142.858	3.180
Fiscais	16.769	4.115	11.927	-
Trabalhistas	68.145	-	70.486	-
Regulatórias	17.932	-	21.017	-
Total	217.606	11.594	246.288	3.180
Circulante	136.470	-	134.155	-
Não circulante	81.136	11.594	112.133	3.180

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

18.1 Movimentação no período

	31/12/2023			30/06/2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis (a)	142.858	4.774	(34.780)	(3.302)	5.210	114.760
Fiscais (b)	11.927	4.115	-	-	727	16.769
Trabalhistas (c)	70.486	4.072	(3.367)	(3.684)	638	68.145
Regulatórios (d)	21.017	-	(3.639)	-	554	17.932
Total contingências	246.288	12.961	(41.786)	(6.986)	7.129	217.606

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

No período findo em 30 de junho de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis (a)	122.195	45.131
Fiscais	2.441	2.338
Trabalhistas	148.320	143
Total	272.956	47.612

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em 7.270 processos cíveis em 30 de junho de 2024 (6.920 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 7.122 processos com probabilidade de perda provável, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores, envolvendo ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se as ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pelo Grupo Equatorial, no montante de R\$ 4.789 em 30 de junho de 2024 (R\$ 34.459 em 31 de dezembro de 2023), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 7.008, atualizado até o período findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 5.108 em 31 de dezembro de 2023).

Além dos processos provisionados, existem 129 outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica como possíveis. Destacam-se a ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 30 de junho de 2024 de R\$ 18.836 (R\$ 17.903 em 31 de dezembro de 2023).

b) Fiscais

A Companhia figura como ré em 14 processos fiscais em 30 de junho de 2024 (12 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 2 processos com probabilidade de perda provável, os quais versam em sua grande maioria sobre autuações fiscais.

A Companhia realizou um depósito judicial referente aos valores de PIS/COFINS devidos pela apuração referente a fevereiro de 2024, no valor de R\$ 4.115. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Existem outros 5 processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 2.441 em 30 de junho de 2024 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de junho de 2024 é composto por 177 reclamações ajuizadas (188 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 157 processos com probabilidade de perda provável, por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação trabalhista de execução, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista de Agravo de Petição. O Recurso de Revista em Agravo de Petição da CEA foi parcialmente admitido. Valor provisionado de R\$ 29.607 até o período findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 28.620 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras 3 contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 30 de junho de 2024, é avaliada pela Administração com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 148 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2023).

c) Regulatórios

O valor de R\$ 17.932 em 30 de junho de 2024 (R\$ 21.017 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a 8 prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

19 Passivo a descoberto

19.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro 2023 é de R\$ 1.517.876, dividido em 8.944.122.995.640 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

30/06/2024		
Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.803.743	100,00%
Município de Mazagão (minoritário)	191.897	0,00%
Total	8.944.122.995.640	100%

Em 25 de junho de 2021, foi realizado o Edital do Leilão, promovido pelo BNDES, por meio do qual foi alienado, pelo Estado de Amapá, o controle acionário da Companhia. De acordo com o Estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000.

As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

19.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra de ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 21.2 – Planos de opção de compra de ações, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

19.2.1 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço
	30/06/2024	30/06/2024
<i>Em opções</i>		
Existentes em 1º de janeiro	-	-
Outorgadas durante o período	50.000	34,25
Existentes ao fim do período	50.000	34,25

A despesa reconhecida para o plano de “Phantom shares” no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 2.166 (R\$ 0 em 30 de junho de 2023) e refere-se ao valor justo ponderado do preço que é avaliado em cada data-base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “Phantom shares” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

19.2.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2023

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço
	30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	62.952	33,28	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	62.952	33,28
Canceladas durante o período (a)	(8.648)	-	-	-
Existentes ao fim do período	54.304	34,25	62.952	33,28

(a) Tratam-se de transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D, CEA, Equatorial Goiás, Equatorial Transmissão, Equatorial Serviços, Echo Energia e Equatorial controladora.

Reconhecida reversão de valores previamente provisionados para o plano de “Phantom Shares” no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 309 (R\$ 0 em 30 de junho de 2023) e refere-se ao valor justo ponderado do preço que é avaliado em cada data-base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2024	01/01/2024	01/04/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2023
Receita de distribuição (a)	268.143	524.899	240.000	455.771
Remuneração financeira WACC	1.193	1.808	238	649
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	100.522	152.575	24.323	46.930
Subvenção CDE – Outros	4.288	4.288	4.478	8.957
Fornecimento de energia elétrica	374.146	683.570	269.039	512.307
Suprimento de energia elétrica	7.980	13.725	5.988	14.001
Receita pela disponibilidade – uso da rede	9.673	18.821	3.356	6.362
Receita de construção	83.670	171.564	149.511	256.550
Atualização dos ativos financeiro e contrato	16.405	16.882	534	1.064
Outras Receitas	70.759	78.206	34.416	61.761
Receita operacional bruta	562.633	982.768	462.844	852.045
Deduções				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(42.311)	(84.626)	(38.304)	(67.065)
PIS e COFINS	(27.866)	(53.599)	(26.568)	(50.126)
Encargos do consumidor	(3.330)	(5.753)	(2.036)	(4.043)
ISS	(27)	(45)	(36)	(42)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(65.521)	(105.053)	(18.030)	(36.108)
Penalidades DIF/FIC e outras	(3.663)	(5.170)	(2.274)	(1.167)
Deduções da receita operacional	(142.718)	(254.246)	(87.248)	(158.551)
Receita operacional líquida	419.915	728.522	375.596	693.494

- (a) A variação da receita deve-se, principalmente, ao crescimento de consumidores e da energia distribuída em relação ao ano período anterior;
- (b) A variação positiva de R\$ 105.645 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) a variação positiva entre os valores amortizados no montante de R\$ 72.883, onde no exercício anterior se gerou uma despesa, o que não ocorreu no exercício atual, impactados pela mudança de ciclo tarifário na RTE 2023; (ii) variação negativa pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 116.495 impactados pela mudança de ciclo tarifário na RTE 2023; (iii) a previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram inferiores aos custos efetivamente pagos, gerando variação negativa de Parcela A de R\$ 13.804; (iv) variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 795; (v) variação positiva no montante de R\$ 162.264 devido ao reconhecimento da Diferença de tarifas relacionada a RTE 2023 ocorrida em junho/24; e
- (c) Refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE conforme resoluções ANEEL n° 3.305 de 14 de novembro de 2023 e n° 3.175 de 07 de março de 2023 - CDE GD e despacho 510/2023 CDE ESCASSEZ HIDRICA, no montante de R\$ 89.311, acrescido do registro dos subsídios tarifários em R\$ 15.742.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Custos do serviço e despesas operacionais

	01/04/2024 a 30/06/2024					01/01/2024 a 30/06/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(2.560)	(2.164)	(4.224)	-	(8.948)	(4.934)	(4.591)	(9.278)	-	(18.803)
Material	(364)	(446)	97	-	(713)	(619)	(599)	361	-	(857)
Serviços de terceiros	(9.410)	(11.987)	(4.625)	-	(26.022)	(15.029)	(22.903)	(13.191)	-	(51.123)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(136.115)	-	-	-	(136.115)	(255.859)	-	-	-	(255.859)
Custo de Construção	(83.670)	-	-	-	(83.670)	(171.564)	-	-	-	(171.564)
PECLD (b)	-	-	-	(3.936)	(3.936)	-	-	-	(10.276)	(10.276)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.102)	-	(1.102)	-	-	(1.860)	-	(1.860)
Depreciação e amortização	2.804	-	(919)	-	1.885	(6.407)	-	(1.840)	-	(8.247)
Subvenção CCC	974	-	-	-	974	8	-	-	-	8
Outros	(24)	(250)	(1.190)	-	(1.464)	(129)	(536)	1.177	-	512
Total	(228.365)	(14.847)	(11.963)	(3.936)	(259.111)	(454.533)	(28.629)	(24.631)	(10.276)	(518.069)

	01/04/2023 a 30/06/2023					01/01/2023 a 30/06/2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(1.389)	(2.150)	(5.992)	-	(9.531)	(2.770)	(4.783)	(10.734)	-	(18.287)
Material	750	(624)	451	-	577	528	(1.328)	335	-	(465)
Serviços de terceiros	(7.366)	(6.722)	(8.709)	-	(22.797)	(13.190)	(18.715)	(17.372)	-	(49.277)
Energia elétrica comprada para revenda	(129.616)	-	-	-	(129.616)	(253.601)	-	-	-	(253.601)
Custo de Construção	(149.511)	-	-	-	(149.511)	(256.550)	-	-	-	(256.550)
PECLD	-	-	-	(20.844)	(20.844)	-	-	-	(17.537)	(17.537)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos judiciais	-	-	6.795	-	6.795	-	-	6.066	-	6.066
Depreciação e amortização	(9.883)	-	(651)	-	(10.534)	(14.951)	-	(1.300)	-	(16.251)
Subvenção CCC	(2.995)	-	-	-	(2.995)	(5.803)	-	-	-	(5.803)
Outros	11	(208)	745	-	548	(18)	(435)	808	-	355
Total	(299.999)	(9.704)	(7.361)	(20.844)	(337.908)	(546.355)	(25.261)	(22.197)	(17.537)	(611.350)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 22 – Energia elétrica comprada para revenda;
(b) Saldo demonstrado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

21.1 Outras receitas/despesas operacionais

	01/04/2024	01/06/2024	01/04/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2023
Outras receitas operacionais				
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	1.225	6.736	-	-
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis	1.288	1.288	22.663	22.663
Outras receitas operacionais	3.156	10.832	-	569
Total de outras receitas operacionais	5.669	18.856	22.663	23.232
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos	(401)	(1.315)	(8.415)	(9.970)
Indenização por danos a terceiros	(24)	(15)	(9)	(24)
Provisão para perda de estoque (a)	(4.408)	(6.702)	(13.453)	(13.453)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	(5.006)	-	-
Outras despesas operacionais	(732)	(10.598)	84	(1.222)
Total de outras despesas operacionais	(5.565)	(23.636)	(21.793)	(24.669)
Total outras despesas operacionais, líquidas	104	(4.780)	870	(1.437)

- (a) A companhia avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma reversão/provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante constituído em 2024 trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Energia elétrica comprada para revenda

	01/04/2024 a 30/06/2024		01/01/2024 a 30/06/2024		01/04/2023 a 30/06/2023		01/01/2023 a 30/06/2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	471	(96.736)	950	(178.995)	488	(88.661)	967	(174.815)
Contratos Eletronuclear	12	(3.906)	23	(7.626)	12	(3.733)	23	(7.420)
Contratos cotas de garantias	50	(9.393)	95	(18.137)	60	(10.634)	116	(20.315)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(11.239)	-	(22.131)	-	(13.111)	-	(25.531)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(9.029)	-	(17.166)	-	(8.137)	-	(13.302)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	5	(2.586)	11	(5.173)	5	(1.769)	11	(4.755)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	10.052	-	19.808	-	9.298	-	18.185
Outros Custos	-	(445)	-	(874)	-	-	-	-
Subtotal	538	(123.282)	1.079	(230.294)	565	(116.747)	1.117	(227.953)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(12.833)	-	(25.565)	-	(12.869)	-	(25.648)
Total	538	(136.115)	1.079	(255.859)	565	(129.616)	1.117	(253.601)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos, Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR), Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2023, elevando o preço médio de aquisição de energia em 4,2% passando para R\$ 188,42;
- (b) A diminuição associada às despesas do ESS e EER ocorre pelo despacho menor para atender a segurança energética do SIN (Sistema Interligado Nacional), através de leilões específicos para energia de reserva, ocasionando pagamentos menores associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 3.864, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2023; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). As tarifas vigentes foram aprovadas na Resolução Homologatória N° 3.217 de 04 de julho de 2023, com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).
- (*) Não revisado.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

23 Resultado financeiro

	01/04/2024	01/01/2024	01/01/2023	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras	7.703	17.661	6.951	13.843
Valores a receber/devolver parcela A	6.249	7.221	5.487	10.055
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	30.415	131.668	(5.340)	37.148
Acréscimo moratório de energia vendida	6.398	6.398	2.549	8.237
Receita Financeira de AVP	461	3.729	1.451	1.451
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(9.102)	4.283	43.036	55.684
PIS/COFINS sobre receita financeira	(226)	(887)	(791)	(1.575)
Outras receitas financeiras	(2.740)	545	562	276
Total de receitas financeiras	39.158	170.618	53.905	125.119
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (c)	(40.627)	(79.692)	(28.354)	(54.894)
Valores a receber/devolver parcela A	(1.859)	(2.860)	(2.702)	(3.609)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	37.273	(57.413)	(56.087)	(116.890)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(75.521)	(118.686)	(2.669)	(15.681)
Despesa financeira de AVP	(4.424)	(4.424)	(1.980)	(947)
Atualização de contingências (d)	(3.054)	(7.129)	4.041	(3.198)
Descontos concedidos	(1.934)	(4.318)	-	-
Outras despesas financeiras	(13.678)	(27.574)	(11.175)	(21.386)
Total de despesas financeiras	(103.824)	(302.096)	(98.926)	(216.605)
Resultado financeiro líquido	(64.666)	(131.478)	(45.021)	(91.486)

- (a) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de junho de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 14,82%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 5,55 em 30 de junho 2024. No período findo de 30 de junho de 2023 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,64%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 4,81 em 30 de junho 2023;
- (b) O principal efeito foi originado pela variação cambial, que gerou despesa com a alta do dólar em 14,82%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 5,55 em 30 de junho de 2024; e
- (c) O aumento na despesa, deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 43,0%, em relação ao mesmo período de 2023;
- (d) Refere-se à atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização, definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes, anteriormente não registradas pela CEA.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

24.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

24.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 30 de junho de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2024		31/12/2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	5.867	5.867	7.382	7.382
Equivalentes de caixa	2	Valor justo por meio do resultado	4.234	4.234	10.600	10.600
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	458.859	458.859	469.622	469.622
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	398.264	398.264	397.968	397.968
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	143.709	143.709	15.495	15.495
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	49.653	49.653	32.042	32.042
Total do ativo			1.060.586	1.060.586	933.109	933.109

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2024		31/12/2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	165.836	165.836	201.694	201.694
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	850.946	840.750	746.097	731.702
Debêntures	-	Custo amortizado	1.524.954	1.531.086	1.244.433	1.403.689
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	16.822	16.822	138.146	138.146
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	10.279	10.279
Total do passivo			2.558.558	2.554.494	2.340.649	2.485.510

- **Caixa e equivalentes de caixa** – os saldos de caixa são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Os saldos de equivalentes de caixa, são classificados como valor justo por meio do resultado, cujo prazo é nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** – são classificados como de VJR. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** – são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como VJR, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- **Debêntures** – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; e
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo VJR e de ORA, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

24.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	30/06/2024			31/12/2023		
									Valor justo			Valor justo		
									Ponta ativa	Ponta passiva	Total	Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$ 250.000	anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a.	232.167	(273.753)	(41.586)	203.182	(278.373)	(75.191)
Sumitomo Mitsui	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$ 250.000	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a.	260.582	(263.738)	(3.156)	224.434	(267.416)	(42.982)
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$ 179.280	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	207.966	(191.281)	16.685	181.721	(193.657)	(11.936)
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$ 120.720	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	140.036	(128.801)	11.235	122.364	(130.401)	(8.037)
Total									840.751	(857.573)	(16.822)	731.701	(869.847)	(138.146)
Passivo circulante											(2.869)			(2.044)
Passivo não circulante											(13.953)			(136.102)
Efeito líquido total											(16.822)			(138.146)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor nominal	Valor contábil			
			30/06/2024 Ativo (Passivo)	31/12/2023 Ativo (Passivo)	30/06/2024 Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	30/06/2023
Contrato de Swap <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	800.000	(16.822)	(138.146)	9.664	(15.357)

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

24.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 26.5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

25 Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida de fornecedores (a)	5.960
Adição de ativos de contrato com contrapartida de obrigações trabalhistas (a)	5.343
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (b)	729
Transferências entre ativos de contrato e intangível (b)	3.785
Total de atividades de investimento	15.817
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	5.750
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	9.664
Total de atividades de financiamento	15.414
Total	31.231

Companhia de Eletricidade do Amapá

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Correspondem às adições com contrapartida em fornecedores e obrigações e encargos sobre folha de pagamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão, além de ajustes entre contas de imobilizado e intangível e ativos de contrato e valores da Parcela A;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado, conforme nota explicativa nº 24.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

25.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Outros (**)	30/06/2024
Empréstimos e financiamentos	746.097	-	(17.659)	122.508	850.946
Debêntures	1.244.433	270.000	(65.414)	75.935	1.524.954
Instrumentos financeiros derivativos	138.146	-	(37.405)	(83.919)	16.822
Total	2.128.676	270.000	(120.478)	114.524	2.392.722

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

26 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2024 a 2035	226.154	528.712	769.235	7.172.951
Energia contratada (MWh)	2024 a 2035	1.126.622	2.335.588	2.956.401	23.053.521
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2024 a 2027	132.436	130.638	136.644	789.391
Sistemas isolados (MWh)	2024 a 2027	53.109	50.256	50.769	263.973

(*) estimado 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Tinn Freire Amado

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Cristiano de Lima Logrado

Humberto Luis Queiroz Nogueira

José Silva Sobral Neto

Bruno Cavalcanti Coelho

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AP